

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução.....	23
1. A fenomenologia jurídica.....	27
2. A importância dos princípios e de sua função aglutinadora no sistema de direito privado.....	31
3. A experiência jurídica e suas vertentes moral e legal.....	33
4. Função e responsabilidade	35
5. Código Civil, parte geral e parte especial: Teixeira de Freitas e a origem da ideia	39
5.1. A divisão dos temas no Código Civil Brasileiro	46
6. Vínculos jurídicos analisados sob o ponto de vista filológico	48
7. <i>Causa</i> : o terceiro elemento do tripé do sistema de direito civil e as ideias de Reinach em torno de três verbos (da língua alemã) performativos: <i>ver-sprechen</i> (prometer), <i>ge-hören</i> (pertencer) e <i>be-stimmen</i> (determinar)	55
7.1. <i>Versprechen</i> : prometer (eficácia jurídica de atos sociais).....	57
7.2. <i>Gehören</i> : pertencer, ter (direitos absolutos sobre coisas)	58
7.3. <i>Bestimmen</i> (determinar): o objetivo cognitivo da teoria jurídica	59
8. Código Civil: um sistema de coerência e de funcionalidade.....	61
8.1. Direito digital: novos fenômenos jurídicos.....	64
9. Biopolítica	65
10. Sociedade em movimento	67
11. Os artigos da Parte Geral do Código Civil, que se projetam para toda a Ciência Jurídica.....	75
12. A palavra da lei	79
13. A pessoa e o ser humano	81
14. Personalidade jurídica.....	86

15.	Personalidade internacional	87
16.	Apenas os Estados soberanos são pessoas para o Direito Internacional Privado?	88
17.	O começo e o fim da personalidade jurídica	93
18.	Capacidade de exercício	93
19.	Autocuratela	96
20.	Comoriência	97
21.	A identidade da pessoa, a prova legal e a formalidade dos registros... ..	97
22.	Uma rede que constrói civilidade	100
23.	Prova do estado das pessoas naturais	107
24.	Eficácia do registro ou da averbação em relação ao fato registrado ou averbado	107
25.	Autenticidade e segurança dos atos	108
26.	Meio de publicidade e de prova	109
27.	Direitos de humanidade	109
28.	Ausentes	117
29.	Bens e sucessão do ausente	118
30.	Pessoas jurídicas	119
30.1.	“Grupo”	120
31.	O abuso da personalidade jurídica	121
32.	A desconsideração da personalidade jurídica não se confunde com o arresto	131
33.	Os bens alcançados pela desconsideração	132
34.	A atualização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica	133
35.	Associações	133
36.	Fundações	134
37.	Objetos de direito e o patrimônio	136
38.	Animais são seres sencientes (objeto de direito) e são tratados assim no anteprojeto	141

39.	Bens de capital	144
40.	Patrimônio e imputação patrimonial	147
41.	Representação	150
42.	A formalidade dos atos	151
	42.1. Entre <i>forma</i> e <i>prova</i> dos atos jurídicos há grande diferença....	152
43.	A prova sob o ponto de vista de civilistas e de processualistas	154
	43.1. Natureza processual e natureza material da prova	155
44.	Prova legal, segurança jurídica, ações de estado e propriedade	157
	44.1. Prova legal	158
45.	O convencimento do juiz no processo e a eficácia da prova legal	161
	45.1. Sistema SERP	162
46.	A regularidade dos registros e as bases de dados registrários	163
47.	A vontade das partes, a forma do negócio jurídico e a ordem pública	165
	47.1. O inciso IV do art. 104 (proposta contida no PLS 4/2025)	167
48.	Negócios jurídicos	169
49.	Interpretação dos negócios jurídicos	171
50.	A causa do contrato	175
	50.1. A formalidade da declaração de vontade	182
	50.2. Causa e função econômica do contrato	185
51.	Condição suspensiva: ajuste do texto do CC 126	187
52.	Responsabilidade civil: decorrência de imputação civil por causa subjetiva ou objetiva	187
53.	Imputação civil dos danos	189
54.	Funcionalidade dos institutos da “prescrição” e da “decadência”	189
55.	Direito, ação e pretensão	194
56.	Pretensão, ação e prescrição	195
57.	Prescrição e decadência: início da contagem do prazo	197
58.	Os efeitos que a citação tem sobre o prazo prescricional	200

59. Determinação legal de não transcurso de prazo (CC 197 I e II).....	202
60. “Prescrição” decidida nas instâncias ordinária e extraordinária	203
61. Fato que deva ser apurado no juízo criminal.....	205
62. A citação, além de outros efeitos, interrompe a prescrição: esse efeito opera-se <i>ex lege</i>	208
63. A STJ 106, o CPC/1973 e o CPC/2015: Demora exclusiva da máquina judiciária	213
64. Direito de obrigações é direito patrimonial.....	216
65. Patrimônio: o conjunto de bens sobre os quais a pessoa deita a sua sombra.....	218
66. Patrimônio penhorável.....	219
67. Atividade econômica e esfera patrimonial	222
68. Autonomia privada e lealdade. Relação jurídica e situação jurídica... ..	224
69. Fundamento do vínculo: Autonomia da vontade e algo mais	227
70. Atos e negócios jurídicos (unilaterais, bilaterais e plurilaterais).....	228
71. Um fato denominado “risco”	230
72. O fenômeno jurídico do inadimplemento	231
73. O direito de obrigações e a responsabilidade civil	233
74. O direito de resolver e de resilir	235
75. Crédito líquido ou ilíquido: situação jurídica de vantagem	237
76. Privilégios e preferências. O pacto de preempção ou preferência.....	238
77. Licitude e ilicitude de atos e de atividades no sistema de responsabilidade civil	239
78. Patrimonialidade e responsabilidade civil	243
79. Uma proposta inovadora e polêmica: dano e indenização com fins punitivos (<i>punitive damages</i>).....	245
79.1. Fatos inevitáveis	249
80. A imputação civil dos danos (CC 391) e o limite do poder de excussão do credor	249
81. A lealdade e a confiança expectada entre os contratantes	250

82. Responsabilidade civil: consequência de ilicitude civil (por causa subjetiva ou objetiva)	251
82.1. Responsabilidade civil objetiva por atividade não perigosa? ...	254
83. Responsabilidade civil de pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos	257
84. Os vínculos que obrigam as partes	258
85. Contrato: um super conceito	262
86. Liberdade de contratar, de não contratar e liberdade contratual	265
87. Natureza da relação contratual: paridade de partes e simetria de prestações	267
88. Ordem Pública	272
89. A minutagem contratual	273
90. A segurança jurídica no sistema do CC e do CPC	276
90.1. A conduta das partes durante o iter contratual: fator fundamental para a análise da liberdade contratual	279
91. Críticas ao PLS 4/2025, em matéria contratual	280
92. Liberalismo contratual e visão moral do direito contratual	284
93. Contratos: autonomia privada e lealdade	286
94. A função do contrato durante a sua execução	289
95. A base em que o contrato é celebrado e executado e os parâmetros em que se sustenta	290
96. O interesse econômico das partes	291
97. A correlação lógica entre a celebração do contrato e sua execução ...	292
98. Desvantagens acumuladas em desfavor de uma das partes	294
99. Perda da vantagem econômica que do contrato decorre: parâmetro para eventual indenização	295
100. Direito de Empresa e atividade empresarial	295
101. Direito fundamental de propriedade	297
101.1. O direito real e a dominação das coisas	298
101.2. Coisas e bens. Posse. Direitos incorpóreos	299

102. Família: espaço repetitivo da Criação.....	302
103. A estrutura do livro de Direito de Família	304
104. A função dos institutos de Direito de Família.....	305
105. A questão do estado de família e o pertencimento de alguém ao seu núcleo familiar	306
106. O nome do livro.....	307
107. Como estruturar o Livro de Família.....	308
108. A escolha da CF em matéria de Família.....	309
109. Questões polêmicas em Direito de Família.....	310
109.1. União estável e relação entre pessoas impedidas de se casar...	310
109.2. O registro da união estável	311
109.3. A socioafetividade é um fato e quem responde pelo fato res- ponde pelo risco.....	313
109.4. Filhos socioafetivos.....	314
109.5. A família parental é entidade familiar reconhecida no direito Constitucional brasileiro.....	314
109.6. A Família vista pelos olhos da economia	316
110. Os idosos e a escolha do regime de bens do casamento.....	320
111. O direito fundamental de propriedade e o direito de sucessão	322
111.1. Sucessão “ <i>causa mortis</i> ”: legítima, testamentária, a título singular e universal.....	324
112. O regime de bens no casamento e o direito de sucessões.....	325
113. O herdeiro necessário e o conceito aberto de socioafetividade.....	326
114. Testamento	328
115. O poder de testar	329
116. Bens de que se compõe a herança.....	330
117. Aceitação ou adição da herança	331
118. Aceitação da herança por procuração.....	333
119. Renúncia à herança.....	334

120. A qualidade de herdeiro: fato que se demonstra por prova legal ou por qualquer meio?	336
121. O dono da herança, o herdeiro e o meeiro.....	337
122. Testamento de pessoa em situação de vulnerabilidade.....	339
123. A propriedade e os outros direitos reais.....	341
124. A posse	341
125. Ilustrativa questão de direito registrário e de direitos reais	346
126. O direito das coisas e o envelhecimento do centro das maiores cidades brasileiras: nova vocação urbana?	346
 Conclusão	 351
 Bibliografia	 353
 Índice Onomástico	 383